



## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2012

### Acta n.º 26

Ao vigésimo oitavo dia do mês de Setembro do ano de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:35 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dezassete de Setembro e Aditamento de vinte e quatro de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO PRIMEIRO:** Tomada de posse de Sara Carvela como membro efectivo na Assembleia Municipal de Albufeira por renúncia de Luis Reis; -----

**PONTO SEGUNDO:** Aprovação da acta da sessão de 26/04/2012 e 17/05/2012; -----

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º1 do artigo 53º da Lei n.º169/99 de 19 de Setembro; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao regulamento de cemitérios municipais de Albufeira, nos termos da alínea a), do n.º2 do artigo 53º da Lei n.º169/99 de 19 de Setembro; -----

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do regulamento do concurso para atribuição de habitações em regime de venda a custos controlados nos termos da alínea a), do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**ADITAMENTO** -----

**PONTO SEXTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de dois mil e doze respeitante a prédios urbanos e a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI;-----

**PONTO SÉTIMO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação da percentagem de participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho, relativo ao ano de dois mil e treze;-----

**PONTO OITAVO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de autorização para abertura do procedimento para recrutamento de candidatos sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, a tempo parcial, para as actividades de enriquecimento curricular - ano lectivo 2012/2013; -----

**PONTO NONO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos e equiparados, fornecimento, lavagem, desinfectação e manutenção de contentores e limpeza urbana, no município de Albufeira. -----

A Primeiro-Secretário faz a chamada: -----



**PRESENCAS:** Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa (membro suplente PSD), Vítor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira Oliveira (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Luis Manuel Gomes Fernandes (membro suplente PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Sara Luísa Ascensão Marques Carvela Serra (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD), Alberto Esteves do Rego Saraiva (membro suplente PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - Hélder Manuel Rodrigues Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente, Presidente da Junta de Freguesia da Guia - Joaquim Manuel Correia Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Vice-Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo (em regime de substituição), dos Vereadores em regime de permanência, José Manuel Bota Sequeira e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros Dinis, e do Vereador em regime de não permanência David Martins. -----

**FALTAS:** Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE), Ana Luísa Sousa Simões (PSD) e Presidente da Junta de Freguesia dos Olhos de Água Indaleto Cabrita. -----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Francisco Calhau, Florbela Caixinha e Ana Luísa Simões, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os Membros, Nuno Lisboa, Luis Fernandes e Alberto Saraiva. -----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão com a tomada de posse de Sara Carvela como membro efectivo na Assembleia Municipal por renúncia de mandato do membro Luis Manuel Mendonça dos Reis. -----

Presidente da Assembleia: "Como sabem faleceu o pai do nosso Vereador Carlos Quintino, eu agradecia que fizéssemos um minuto de silêncio".-----

Faz-se um minuto de silêncio. -----

O Presidente da Assembleia inicia a sessão com o período destinado aos munícipes. ----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

Carlos Ventura: " Boa noite a todos, se Albufeira sofre das consequências da política de tal forma que existe em Albufeira, penso eu que para mais de quatro mil pessoas, fossem mil pessoas que faz parte de vinte por cento da população de Albufeira, que vai, entre as cantinas sociais, entre outras associações diversas como a AHSA, como a



Santa Casa da Misericórdia, como a própria Câmara de Albufeira, eu penso que esta honra e a palavra lealdade será mesmo inserido na própria política que foi feita neste país. Eu perguntei aqui ao Senhor Presidente Desidério sobre a Faceal, penso eu que já lá vai três meses, como não pude vir, por motivos óbvios, a uma reunião que eu não estive ocorrente, alterou-se por três meses, eu pergunto na medida em que eu faço uma pergunta e a pergunta é dada, eu pergunto se isto é uma forma de democracia, que a própria pessoa fica, no caso o senhor presidente disse o que bem entendeu e na resposta da Faceal, porque penso que se não sabem deviam ter o direito de saber, a Faceal que foi dado pela Câmara de Albufeira em cima da mesa um milhão e meio e depois por motivos óbvios, a Faceal, que é a fábrica de tijolo que está lá quando se vai para Paderne do lado esquerdo, aquele montão de estrume como se costuma dizer, foi a própria Câmara que pagou à Faceal três milhões e meio, eu penso com a minha cabeça de burrinho que sou e gozado como fui aqui nesta Assembleia por vários motivos, o que é que este indivíduo vem aqui fazer, é um louco, foi dito aqui nesta Assembleia, e o senhor presidente está ocorrente e sabe perfeitamente. Eu penso que três milhões e meio na minha ética, na minha lógica pode-se fazer casas em Paderne, nas Ferreiras, em Albufeira ou na Guia, na conclusão. Depois temos uma situação, que Albufeira deve não sei quantos milhões de euros, eu não sou vereador, nem pretendo ser, não faço parte da ética política daqui da Câmara, nem do exterior, faço parte de um partido, que eu penso que é lógico da defesa do trabalhador e do povo, na conclusão perguntei ao senhor Presidente Desidério se ele iria fechar contadores de água na hipótese das pessoas não pudessem pagar. O senhor Presidente confirmou que não ia fechar, e eu tenho conhecimento que estão a tirar os contadores das pessoas, não fecham a água, e eu volto a perguntar aqui qual é a dívida que a Câmara deve de água, se é cinco milhões, se é doze milhões, se é oito milhões, se é dezoito milhões. Se há alguém aqui que possa confirmar e que queira confirmar, qual é os dados da dívida que a Câmara deve da água, eu penso que isto é um escândalo, as dificuldades que eu encontro. Para finalizar vou falar o seguinte, houve uma reunião aqui em Albufeira, camarária, em que houve uma pessoa que faz parte de uma associação, que é a associação dos cantares alentejanos que veio pedir à Câmara uma camioneta, a camioneta foi-lhe negada, a pessoa disse que pagaria o combustível para a camioneta, isto é um acto cultural, acto de identidade do nosso país. Eu procuro se a sensibilidade desta Câmara de analisar, dá-se trinta e cinco mil euros se eu não estou com engano para a associação de tiros em Paderne, dá-se não sei quanto para várias associações, dá-se dinheiro para a associação dos motares, são associações que essas pessoas têm uma mota e têm espingardas têm condições, eu pergunto se a palavra lealdade se é exercida na função que todos estão aqui a cumprir. Está aqui um caso que queriam abrir uma universidade qualquer, que agora não me recordo o nome, e foi negado, parece que é uma dificuldade, eu procuro se por acaso a



Câmara, se têm coragem de dizer e digam ao público que está aqui, se vocês governaram bem Albufeira, se vocês tiveram iniciativas em que esta terra pela característica que ela devia ter, que não tem, se governaram bem, de forma que nós podemos estar com os olhos nesta terra e dizer esta terra tem valor. Vocês aqui, alguns têm filhos, como é que fazem para ir ao cinema? Como fazem para levar para um parque? Não existe um cinema, não existe um parque. O que eu penso é o seguinte, como homem livre que sou, e sempre fui, prejudicaram-me bastante, de tal forma que eu perdi milhões de euros pelas burrices e asneiras que me fizeram. Não se faz isto com um cidadão que era solidário com o país, fui solidário quando estive na França, tive sempre reacção de tentar proteger quem tem falta, tentei ver e analisar a situação do meu país, e este país não tem nada. Vocês têm a maior parte culpa de eu fechar as minhas casas. Para finalizar, gostaria que me dissessem porque se recusa um autocarro para ir a Lisboa onde as pessoas pagariam o gasóleo e vocês dão trinta e cinco mil euros a várias associações, o que eu vejo é o seguinte, será que aqui não há uma pessoa capaz de dizer que isto está mal? Durante tantas vezes que eu vim aqui, muitas das vezes sou eu o único que falava. Para finalizar eu digo o seguinte, será que este povo não merece respeito?" -----

Vice-Presidente: "Só para dar um esclarecimento muito rápido ao senhor Carlos Ventura e a todos aqueles que defendem a sua dissertação, relativamente à Faceal queria dizer que não houve dinheiro em cima da mesa e não houve dinheiro por debaixo da mesa, de qualquer das maneiras, o processo de aquisição da Faceal é público, quando o senhor quiser consultar, o senhor Carlos pode fazer a consulta que lhe será facultada, portanto não há cá dinheiro por cima nem por baixo da mesa, isso são acusações de alguma forma graves. Relativamente à questão da água, de não pagamentos, tem que se seguir as Leis do país e os regulamentos existentes, obviamente que quem não paga, naturalmente terá que ter algum prejuízo digamos assim, alguma consequência do não pagamento, é claro que não é imediatamente, assim como a EDP faz, mas de qualquer das maneiras tem de haver muitas vezes cortes. Relativamente à questão dos transportes negados ou não negados quero dizer que o facto de uma associação pagar o combustível, estamos a preparar um regulamento a nível da Câmara Municipal para o uso dos transportes colectivos de passageiros, para que os clubes, as associações por forma a que nos possam pagar ao motorista, possam pagar gasóleo, possam pagar esse tipo de coisas, mas neste momento não temos essas condições para que isso aconteça, não está legislado, não está regulamentado. Relativamente aos subsídios atribuídos quero lhe dizer, e as reuniões de Câmara dizem isso, este ano de dois mil e doze atribuímos de subsídio aos bombeiros, e penso que isso é indiscutível, à AHSA um pequeno subsídio de vinte mil euros penso eu, se não estou enganado, e à Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Albufeira



não cinco mil mas dez mil euros e porquê? Porque há uns anos, talvez dez anos, foi protocolado com aquela associação a gestão da reserva municipal de Albufeira, e quando se faz a gestão da reserva municipal de Albufeira a Câmara Municipal tem o dever, a obrigação em termos de protocolo, de pagar dez mil euros para fazer essa gestão, no fundo não foi nenhum subsídio, é quase como que uma prestação de um serviço. Do fecho da sua casa, são assuntos que vêm já de há muitos anos, não lhe consigo responder e certamente já foi respondido nessa altura." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra à Primeiro-Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta. -----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia dá início ao período destinado aos Membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Vitor Clemente: "Será que podemos obter uma informação em concreto sobre o encerramento das piscinas municipais, as razões que levaram o executivo a proceder ao encerramento, bem como a situação de pavilhões que foram inaugurados, com pompa e circunstância e que estão, de certa maneira, quase abandonados. Terceiro ponto era saber se de facto ainda existe aquela carreira que foi criada às terças, quintas e sábados, o mini autocarro da Câmara Municipal para transporte de algumas pessoas, a maior parte idosos, para o acesso ao cemitério e para o mercado. Se o senhor Vice-Presidente tiver alguma situação em termos de informação, agradecia." -----

Carlos Lima: "Eu também tinha a pergunta sobre as piscinas. A pergunta que eu queria fazer era ao Presidente, mas já que ele não está faço ao senhor Vice-Presidente, no seguimento da resposta que o senhor Presidente deu aqui numa assembleia, há tempos, em que nós não éramos um concelho como os outros, que tinham os equipamentos, mas que infelizmente não tinham quem os utilizasse. Mas nós éramos uma cidade, tínhamos equipamentos, mas tínhamos felizmente pessoas para os utilizar, parece que infelizmente é o que vai acontecer. Eu também registo com muita surpresa o encerramento das piscinas, e já agora gostava de saber se era as piscinas na totalidade ou se é só a água e os ginásios que estão lá dentro a funcionar, esta era a primeira pergunta. A segunda pergunta era sobre os painéis solares ali das Ferreiras, tanto que, li agora no jornal que foram inaugurados agora no dia vinte e cinco aqueles painéis solares, quando me parece que fiquei com a ideia, quando o meu ex colega de bancada Luis Reis, aqui há tempos falou sobre isso, que se tinha dito que não se sabia bem o que era aquilo, que iam tentar saber que painéis solares eram aqueles na entrada principal de Albufeira. Portanto não sei se fui eu que percebi mal na altura, e se isto





tem alguma coisa a ver com aquilo que foi inaugurado há dois ou três dias. Estas eram as perguntas que eu queria fazer para já e agradecia resposta." -----

Vice-Presidente: " Sobre as piscinas havia alguns contractos de manutenção para a limpeza das piscinas e os custos das piscinas são enormíssimos, são milhares de euros mensais. Esses contractos terminavam agora, daí que para se evitar estar a fazer um novo contrato, temos que fazer uma avaliação muito profunda disto, porque não temos fundos disponíveis positivos, neste momento, para funcionar tanta coisa. Ainda assim, quero dizer que realmente aquela receita, e isto é uma realidade, por mais que nós pensemos, por mais que se pense que isto é desculpa de mau perdedor ela é uma realidade. A situação não está nada favorável, nós temos uma quebra de receita em termos de IMT e em termos de taxas, de urbanizações e de loteamentos de obras particulares, de IMT cinquenta e sete milhões de euros em quatro anos (dois mil e sete a dois mil e onze) e de loteamentos e obras de seis milhões de euros passámos para quatrocentos mil euros. No passado mês de Maio fiz uma análise sobre quanto é que as finanças receberam, cobraram de impostos para posteriormente serem transferidos para a Câmara, e comparei com o mês de Maio do ano passado, mês de Maio de dois mil e onze e mês de Maio de dois mil e doze, que não é o mês de pagamento de IMI, o mês de pagamento normal do IMI é o mês de Abril e o mês de Setembro. As finanças informaram que o ano passado recebemos da cobrança em Maio um milhão e seiscentos mil euros, este ano recebemos apenas oitocentos mil. E estamos a comparar dois mil e doze com dois mil e onze. Reparem que de um milhão e seiscentos mil passamos para oitocentos mil euros, portanto isto realmente há coisas que, enfim têm de ser reduzidos muitos custos, obviamente que sim, o orçamento à volta de cem milhões de euros em dois mil e oito/dois mil e sete noventa e tal milhões realizado, atenção com taxas de execução à volta dos cem por cento, resulta este ano provavelmente à volta dos sete milhões, pouco mais, portanto estão a ver. O orçamento de um ano de quarenta milhões de euros, em termos de receita total, com certeza que terá consequências. Os despedimentos de pessoal, ainda não despedimos ninguém e ainda não faltou o ordenado a ninguém, a alimentação das crianças nas escolas, ainda não faltou almoço para ninguém, transportes escolares para os alunos, ainda não faltou transportes escolares para ninguém, electricidade, iluminação das ruas, limpeza, água, saneamento, ainda não faltou nada disso a ninguém. Podemos dizer que a dívida às Águas do Algarve é grande, é verdade. Nós temos uma dívida total à volta de trinta e dois/trinta e três milhões de euros a curto prazo, e à volta de metade é às Águas do Algarve, porquê? Porque optámos por ir pagando aos pequenos comerciantes, a quem se deve dois ou três mil euros, pagando trezentos, quatrocentos euros, muitas vezes faz toda a diferença, em detrimento, até por vezes as grandes empresas, que é o caso das Águas do Algarve, estamos de qualquer das formas, a preparar um plano, que é o PAEL,



Plano de Apoio à Economia Local, e dentro de poucos dias virá a esta Assembleia. Portanto, isto para dizer que, consequências tiveram que ter algumas, e as piscinas foi uma delas. Não sabemos se vai abrir em Janeiro, tem de ser feita uma avaliação, temos de ser realistas, e relativamente à questão dos empréstimos dos autocarros também temos de ser realistas. Não podemos emprestar autocarros a torto e a direito, não podemos dar subsídios a torto e a direito, não podemos fazer nada disso. Não temos receitas para isso. Há prioridades, e as prioridades são aquelas que, no fundo eu disse há pouco, vencimentos, os custos de funcionamento, electricidade, combustíveis, as pessoas têm de trabalhar, para trabalhar têm de ter meios, para termos meios temos de ter electricidade, temos de ter comunicações, combustível para andar, temos de ter viaturas reparadas, uma série de coisas devidamente com um funcionamento racional. Portanto, esta é uma razão, esperamos que as piscinas em Janeiro voltem a abrir. Relativamente aos pavilhões quase abandonados, não é essa a informação que eu tenho, vou tentar saber o que se passa, mas não é essa a informação que eu tenho. Quanto aos painéis solares, os painéis solares que foram inaugurados há relativamente pouco tempo, são outros, são uns na zona da Ataboeira, só que não se vê da estrada, quem vai na direcção Albufeira a Ferreiras vira à esquerda, nessa zona, Alpouvar, Ataboeira. Relativamente às carreiras para o cemitério eu pedia ao senhor Vereador Sequeira que respondesse." -----

Vereador Sequeira: "Essa situação foi resolvida. É uma carreira que tem muitos anos, e foi iniciada ainda não tínhamos o giro, e desde o ano passado fizemos um acordo com a Eva, e pela Eva foram dados uns passes sociais às pessoas que utilizavam essas viaturas, que utilizavam esse meio, e esse problema está completamente resolvido, até agora não tem havido qualquer contratempo. Havia duas ou três pessoas dos Olhos de Água, que o giro não vai lá, e nós facultamos uma viatura nossa para ir buscar essas pessoas. Portanto até agora não houve nenhuma reclamação, foi feito um levantamento das pessoas que utilizavam os nossos autocarros, foi entregue um passe social a essas pessoas, foi um acordo que foi feito com a Eva, até agora não tenho qualquer conhecimento que haja alguém que ficou sem esse passe social." -----

Vitor Clemente: " Ficou uma situação para perguntar, neste caso ao senhor Vice-Presidente, o que se passa de facto com a recolha de lixo? Foi diminuída, é uma realidade, piorou, ninguém gosta de ver as coisas piores, já lá vão uns tempos em que as coisas não estavam nada bem, mas a situação da parte das tarifas, essas não diminuíram, mantêm-se com ainda a situação de vir a se agravar, por isso senhor Vice-presidente, recolha de lixo há pelo menos dois dias por semana que não é processada, foi um acordo formulado com a empresa que executa este serviço? Há uma diminuição da parte de custos para o município? Falava também o senhor Vice-presidente há pouco, das grandes dificuldades económicas, mas nós, pelo menos da parte do Partido



Socialista temos vindo ao longo dos anos a chamar a atenção para os orçamentos, e hoje estão as dificuldades bem à vista de que o que foi feito com a situação de orçamentos, onde as receitas eram na casa dos sessenta ou setenta por cento, para não dizer menos, e o que é certo é que continuaram a cair nos mesmos erros, espero que no próximo orçamento, sejam de uma vez por todas mais reais para não criar problemas." -----

Carlos Lima: "Em Outubro de dois mil e onze, está quase a fazer dois anos, eu intervim nesta digníssima Assembleia para dizer que via com muita preocupação o futuro do país, infelizmente estes dois anos confirmaram essa minha preocupação. Numa passagem da intervenção disse que temia que a revolta que se avizinhava nas redes sociais pudesse sair à rua. Aí está a contestação do povo nas ruas da nossa cidade, vimos isso no passado sábado e iremos ver certamente amanhã. Falemos dos ataques à reforma dos mais desfavorecidos, as excepções como era de se esperar aí estão de novo para a Caixa Geral de Depósitos, para a TAP, etc. isto só para começar. Falemos de desempregados, já está a dar resultado, os salários já baixaram, escandalosamente, o Instituto de Emprego e Formação Profissional já publicita salários de quinhentos euros para empregos para arquitectos, onde é que isto vai parar? A segurança do Primeiro-Ministro, as forças policiais em vez de defenderem o povo estão quase todos ao serviço dos membros do governo, será normal? De que têm eles medo? Do povo? Não foi o povo que os elegeu? É tempo dos políticos que querem servir o povo, como é seu dever, dizem basta."-----

Carlos Gabriel: "Efectivamente é bom recordar e voltar às origens e pensar naquilo que se disse anteriormente, e eu recorro-me também de discussões de orçamentos aqui nesta Assembleia em que fomos criticados porque tínhamos dinheiro a prazo, e não fazíamos obras, que não gastávamos o dinheiro, que tínhamos o dinheiro parado. Quando isso está gravado, está escrito, com certeza que se consegue verificar. Isto para dizer que não temos de estar sempre na posição contra, efectivamente o país atravessa uma situação grave para todos, causado em grande parte, pelo anterior governo a apoiar o vosso partido, daquele senhor que levou o dinheiro não sei para onde, portanto é importante que sejamos mais solidários uns com os outros e fazer um esforço para levar isto da melhor maneira possível, não esquecendo aquilo que dissemos anteriormente." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia dá início ao período da ordem do dia. -----

## ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Tomada de posse de Sara Carvela como membro efectivo na Assembleia Municipal de Albufeira por renúncia de Luis Reis; -----





Presidente da Assembleia: "O ponto um já está feito, fez todo o sentido antecipar para o membro poder participar na Assembleia desde o seu início."-----

## PONTO SEGUNDO

Aprovação da acta da sessão de 26/04/2012 e 17/05/2012;-----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Carlos Lima: "Só para fazer uma correcção na acta de 26/04/2012, na página vinte e quatro, na linha dois, onde está escrito que eu disse "*quaternizar*" leia-se compatibilizar, na mesma página na linha onze devia estar escrito há construção onde devia haver passeios. Está um bocado confuso o que está aí escrito, era para substituir. São essas duas correcções"-----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca a acta a votação. -----

**VOTAÇÃO:** Acta de 26/04/2012-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Cristina Pinto, Vítor Vieira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Carvela, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----

A acta é aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia passa à acta de 17/05/2012. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: um (01) Cristina Pinto -----

Votos a favor: vinte e quatro (23) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Carvela, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----



A acta é aprovada por maioria. -----

### PONTO TERCEIRO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º1 do artigo 53º da Lei n.º169/99 de 19 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

### PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao regulamento de cemitérios municipais de Albufeira, nos termos da alínea a), do n.º2 do artigo 53º da Lei n.º169/99 de 19 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Vitor Clemente, Luis Fernandes, Carlos Lima, Sara Carvela ---

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Cristina Pinto, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria. -----

### PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do regulamento do concurso para atribuição de habitações em regime de venda a custos controlados nos termos da alínea a), do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;-----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Carlos Lima: " Só para fazer uma observação sobre os critérios de atribuição, fala-se aqui que é necessário viver ou trabalhar há um ano no concelho. Achamos que isso é muito pouco, trabalhar há um ano ou viver há um ano é muito pouco, de qualquer maneira não podemos proibir ou tratar as pessoas de maneira diferente. Acho que se



poderia incluir alguma ponderação para o número de anos que se vive cá. Por exemplo há mais de um até cinco, cinco a dez a vinte, portanto fazer algum tipo de ponderação porque me parece que não é bem a mesma coisa alguém viver aqui há vinte anos e não ter casa, que outra pessoa que trabalha aqui há um ano e meio. Acho que não é a mesma coisa, de qualquer maneira as pessoas têm sempre o direito de se candidatarem. Acho que se poderia introduzir, alguma, se é que há justiça nestas coisas, mas ponderar e valorizar mais o viver cá há mais tempo. Portanto deixava à consideração desta Assembleia e da própria Câmara a possibilidade de ponderar e ver se isso tem algum fundamento. Isto na ponderação, não é proibir às pessoas de concorrer, como há outro tipo de ponderação, como são os rendimentos, o número de pessoas, acho que o número de anos também deveria ser ponderado de forma diferente." -----

Francisco Oliveira: "No que diz respeito ao regulamento as ponderações são feitas com a atribuição de pontos, quer do IRS quer de toda uma série de critérios, portanto a ideia é introduzir também alguns pontos para pessoas que estejam cá há cinco anos ou mais de cinco anos, dez, vinte, portanto atribuir mais pontos a quem efectivamente está cá há mais tempo. Parece-me que só o IRS e só os outros critérios que de facto estão aí, e estão correctos, pode trazer alguma desigualdade." -----

Presidente da Assembleia: " Eu parece-me, que à partida, embora compreendendo o que está a dizer, esse tipo de análise poderia constituir, de alguma forma uma violação que constitui o principio da igualdade porque se a situação de pessoas que residem em Albufeira, o facto de viver há mais anos poder, ser factor a distinguir da atribuição de uma casa, eu penso que por aí não será um factor fundamental. Interessa que sejam residentes em Albufeira. Não me parece correcto que o facto de alguém viver há mais tempo em Albufeira possa ser beneficiado, se estiver em piores condições sim, se tiver outros parâmetros sim senhor, agora por esse motivo não." -----

Carlos Lima: "Eu acho que em condições normais eu percebo esse raciocínio, mas vamos ser práticos, e vamos imaginar que a Câmara de três em três anos vai ter casas por distribuir. Eu vivo em Silves, eu facilmente arranjo um emprego em Albufeira para ao fim de um ano poder concorrer a essa casa. Agora ao fim de quatro, se está quatro ou cinco anos ou dez anos é mais difícil. Agora eu posso prever, e facilmente eu vou arranjar um emprego ali num restaurante qualquer, tenho a declaração a dizer que trabalho há mais de um ano em Albufeira e estou em pé de igualdade com quem está à espera de uma casa há vinte ou trinta anos, que infelizmente é o que tem acontecido neste concelho, e noutros. Têm de esperar muitos anos para terem, infelizmente, acesso a uma casa. E é ultrapassado por alguém que vem de outro concelho, e todos sabemos que a esperteza saloia anda aí à solta. Facilmente eu antecipo o emprego aqui em Albufeira, com um ano de antecendência e depois passo à frente de toda a gente. Se bem que eu perceba esse raciocínio, mas é para precaver situações destas, não quer



dizer que essa pessoa não tenha direito a concorrer, e até pode a casa ser atribuída, porque em vez de ter dois pontos se calhar tem só um, mas tem mais dificuldades económicas, tem maior número de filhos, mas há aí alguma ponderação no tempo que se está cá. Por isso é que se fala num ano, pois cinco, dez, vinte, não vamos contabilizar em dias ou meses, mas dar algum valor, agora não sei se isso é correcto em termos de igualdade de direito, penso que não será muito incorrecto ponderar isso. Proibir as pessoas sim, ponderar esta situação penso que não será, por isso é que gostava de deixar à consideração desta Assembleia, por isso é que vamos apresentar a proposta."

Hélder Sousa: "Eu percebo perfeitamente aquilo que o senhor Lima está a dizer, mas este regulamento é específico para o concurso de atribuição de habitações em regime de venda a custos controlados, não é para que o município vá fazer atribuição de casas tipo habitação social. Este regulamento é para aqueles blocos que estão feitos em Ferreiras, a custos controlados, é para venda. Não é para que a Câmara entregue isto, que seja a típica casa de habitação social, para aluguer, é para venda. Isto esteve em discussão pública, houve aqui uma série de situações e não apareceu nada, e neste momento é só para dizer que em relação às casas que estão, eu faço parte da comissão de habitação, está a ser extremamente difícil as pessoas adquirirem aquelas casas por questões mais que faladas, e neste momento há alguma urgência e terá também que haver aqui alguma maneira de se tentar vender aquelas casas com muita urgência mesmo. Esteve bastante tempo em discussão pública, e se vamos neste momento passar este documento para trás vamos outra vez atrasar a venda e as escrituras daquelas casas." -----

Carlos Lima: "Se há urgência se calhar é pôr isto à venda a quem tiver mais dinheiro e rapidamente será vendido. Acho que não vamos por aí." Apresenta proposta (Doc 1) ----



## Proposta

O grupo parlamentar do Partido Socialista  
vem propor e introduzir de uma alteração  
ao Regulamento do Concurso para  
Atribuição de Habitações nos Regimes de  
Venda e Custos Controlados.  
Neste sentido deverá incluir-se um  
novo critério, para a definição da fórmula  
para a atribuição de habitação, passando a ser  
atribuída pelo número de anos que o  
candidato reside em Albufeira.

Assim sendo se atribuirá a pontuação de  
0 pontos a quem reside entre um e dois  
anos.  
2 pontos entre 3 a 5 anos  
4 pontos entre 5 a 10 anos  
8 pontos entre 10 a 20 anos  
10 pontos entre mais de 20 anos.

O Grupo Parlamentar  
do P.S.

SARA SERRA  
Lia Serra

Carlos Gabriel: "Este regulamento esteve em discussão pública, se havia propostas de alterações a fazer deviam ter sido apresentadas, não é agora. Essa proposta, não voto nessa proposta favoravelmente, a minha posição não sei que influencia é que ela tem no regulamento em si, portanto a minha posição pessoal é votar contra essa proposta." ---

Carlos Lima: "Só para responder ao meu colega de bancada, eu pensei que nós não eramos público, e que não é durante a audição pública que os deputados da Assembleia





Municipal apresentavam as suas propostas, mas sim no local próprio, que é nesta Assembleia. Eu desde sempre pensei que era assim que funcionava. Se me vem dizer que nós não podemos, na altura da discussão do regulamento, apresentar proposta porque o regulamento esteve em discussão pública e nós não apresentamos proposta, portanto eu já não sei bem como é que isto funciona, eu pensei que era nesta altura que se faziam as possíveis propostas de alteração, de qualquer maneira vou estar mais atento, à próxima vou responder na altura da audição pública, como um cidadão qualquer, porque não sou mais do que isso. Pensei é que as coisas funcionassem de outra maneira. Como deputado desta Assembleia acho que é o local próprio, o momento próprio para apresentar propostas de alteração."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto à votação em alternativa: a proposta da Câmara Municipal e a proposta de alteração ao regulamento por parte da bancada do PS.-----

O Presidente da Assembleia coloca a proposta da Câmara Municipal a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Lima, Sara Serra. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezassete (17) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: duas (02) Ana Cristina Oliveira, Rui Serôdio. -----

O Presidente da Assembleia coloca a votação a proposta de alteração apresentada pela bancada do PS. -----

Votos contra: dezassete (17) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Lima, Sara Serra.-----

Ausências: duas (02) Ana Cristina Oliveira, Rui Serôdio. -----

A proposta da Câmara Municipal é aprovada por maioria dos presentes. -----



## PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de dois mil e doze respeitante a prédios urbanos e a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI;-----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Carlos Lima: "Se eu percebi, esta proposta da Câmara vai para os valores máximos porque decorre da legislação que vai ser imposta dos financiamentos, portanto vamos ter agora o nosso governo a fazer Troika junto das autarquias, que no fundo é isto." ---

Francisco Oliveira: "Perante esta proposta que temos aqui não existe empréstimo por parte do governo central relativamente às autarquias ou eventualmente o financiamento do poder central para as autarquias, serem os municípios a pagar esta situação, e vão ter de pagar naturalmente com o IRC, o IRS, e com o aumento dos IMI'S para as taxas máximas, parece-me que é esta a ideia, os municípios que aderem a esta situação, vão mais uma vez, pesar o pagamento deste empréstimo, o pagamento digamos deste desafogo da Câmara Municipal, porque se assim fosse seria um empréstimo a fundo perdido ou uma transferência do governo central, mas é efectivamente o pagamento através dos municípios." -----

Vitor Clemente apresenta proposta, (doc. 02)



### PROPOSTA

De acordo com o disposto no artigo 112º, n.º 1, al.s b) e c), do CIMI, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, nas redacções dadas pela Lei n.º 64/2008, de 5 de Dezembro, e Lei n.º 20/2012, de 14 de Maio, é uma competência da Câmara Municipal de Albufeira propor à Assembleia Municipal as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis a praticar no município de Albufeira.

Assim, considerando:

- a actual conjuntura económica e financeira nacional, cuja dimensão se demonstra com clareza nos índices de desemprego registado, com especial incidência em Albufeira e no Algarve;
- as dificuldades que afetam o município de Albufeira, sobretudo pela má gestão levada a cabo aos longo dos últimos anos e que actualmente colocam este como um dos municípios mais endividados do País (de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2010, a variação registada entre 2006 e 2010 foi um aumento da dívida em 1030%);
- todos os aumentos efectuados pelo município no último ano: água, saneamento, taxas, impostos, etc., e que têm colocado os munícipes e as empresas sobre uma pressão insuportável;
- que cabe, também, aos municípios utilizarem os instrumentos fiscais de que dispõem para não onerarem, ainda mais, as famílias e as empresas, de forma a salvaguardar a economia.

Assim, propõe-se:

- Que a ~~Assembleia Municipal~~ <sup>Ass. 2013 Leis Municipais</sup> ~~delibere propor~~ <sup>delibere propor</sup> a fixação, como referência para o ano de 2013 as seguintes taxas:

- 0,6 para os prédios urbanos;
- 0,4 para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI;

SARA SERRA

Albufeira, 18 de Setembro de 2012

Carlos Lima: "É só para dizer duas coisas sobre este assunto. É perguntar qual é a legitimidade que o governo tem para impor a forma como as autarquias arrecadam o dinheiro para pagar eventual empréstimo que vão pedir. Porquê que é o governo a dizer como é que deve ser? Quem empresta dinheiro tem direito a receber, mas será a autarquia, e neste caso, com muito mais evidência por ser o poder local, que tem autonomia para decidir a forma de poupar dinheiro para pagar aquilo que pede emprestado. E a autarquia pode muito bem achar que o IMI deve ser mais barato, que deve cortar nas festas, cortar numa série de coisas para ter dinheiro para pagar aquilo



que é emprestado. Quem é o governo para vir impor a forma como as autarquias, pode o governo sim senhor, cortar as transferências para a Câmara, pode fazer tudo o que quiser, mas não pode é obrigar a autarquia, sob pena, parece-me que é isso que vai acontecer, do poder local perder autonomia que tem desde o vinte e cinco de Abril. Uma coisa é dizer, vamos emprestar dinheiro e vocês têm de pagar, outra coisa é dizer vocês para pagarem têm que ir buscar aqui ou ali. Isso acho que não é competência do governo, é competência das autarquias, é competência da Câmara, é competência da Assembleia Municipal, a forma de angariar meios para pagar os empréstimos que têm contraído. Eu acho que, permitir uma coisa destas, e dizer que isto é tudo feito em nome dessa lei que vai sair, parece-me que é abdicar de uma vez por todas da autonomia do poder local, eu acho que está nas nossas mãos fazer com que isso não aconteça, por mais dificuldade em que o país se encontre, a principal coisa é a autonomia e a dignidade das instituições, e nós ao aceitarmos isto, estamos a fazer aquilo que toda a gente diz "empresta-te dinheiro então tens de te meter a jeito". Não é bem assim, empresta dinheiro tem de se pagar, mas a forma de pagar é quem deve é que vai resolver, se não resolver será castigado por isso, será penalizado. Para bem do poder local, eu acho que isto é inadmissível, isto não é mais que uma chantagem, e neste último ano vamos sendo habituados a ser chantageados de toda a forma e feitio, e esta acho que atingiu o cerne da democracia, atingiu o poder local, e nós, eleitos do poder local não nos podemos resignar perante o pior que se fez desde o vinte e cinco de Abril." -----

Miguel Mesquita: "Não deixo de concordar com os princípios anunciados pelo Carlos Lima, mas tenho a dizer uma coisa que falou há pouco na Troika, é a Troika que impõe estas condições, porque o Estado não tem dinheiro. O Estado tem que se financiar com o exterior para poder financiar as autarquias. A banca portuguesa não tem dinheiro para financiar, portanto isto é uma imposição da Troika, infelizmente, e não do Estado. Carlos Lima: "A dignidade não se hipoteca, e nós como representantes do povo, do poder local temos de nos indignar contra estas imposições, e não venham com desculpas porque o que vier virá, agora, eu não vou tomar uma posição só porque tem que ser, a minha posição há-de ser sempre a mesma, voto vencido mas a minha voz não se cala quando está em jogo a dignidade, a democracia e o poder local, e é isso que neste momento está durante vinte anos, dizer que levo lá de fora, lá de fora daqui a três anos acaba, a Troika vai-se embora, e essa imposição vai continuar durante mais dezassete anos, por quem? A Troika já não vai estar cá. Foi isso que nós assinamos hoje e que demos poder a quem está em Lisboa, e nós é que estamos neste momento a dar esse poder, não vamos estar agora com desculpas para não termos dignidade na nossa tomada de posição." -----



Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto à votação em alternativa: a proposta da Câmara Municipal e a proposta de alteração ao regulamento por parte da bancada do PS.-----

O Presidente da Assembleia coloca a proposta da Câmara Municipal a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: quatro (04) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Carlos Lima, Sara Serra.

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezanove (19) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Serôdio, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: uma (01) Luis Fernandes. -----

O Presidente da Assembleia coloca a proposta de alteração por parte da bancada do PS à votação. -----

Votos contra: dezanove (19) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Serôdio, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: quatro (04) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Carlos Lima, Sara Serra.-----

Ausências: uma (01) Luis Fernandes. -----

A proposta da Câmara Municipal é aprovada por maioria dos presentes. -----

### **PONTO SÉTIMO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação da percentagem de participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho, relativo ao ano de dois mil e treze;-----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: " Este ponto relativamente à taxa de IRS vem outra vez no âmbito da necessidade de aderirmos ao PAEL, portanto a taxa máxima, na sequência daquilo que foi dito no ponto anterior, naturalmente que o Partido Socialista irá votar contra. Mas a questão que se coloca aqui é que a adesão a este programa é uma adesão voluntária, portanto ninguém nos obriga a ter de aderir a este programa nem ter de





aderir nestas condições. Portanto a questão que se coloca é a gestão que a Câmara neste momento está a fazer ou irá fazer em função deste programa não poderia ser feita com o mesmo aumento, ou com o mesmo tipo de medidas mas sem ter de ficar refém de toda esta situação, ou seja, o que nos é colocado aqui é que: ou fazem desta forma ou não darão o empréstimo. Portanto é uma situação de, não diria chantagem, mas de nos encostarem contra a parede." -----

O Presidente da Assembleia sai da sala e a Primeiro Secretário toma o seu lugar. -----

Vice-Presidente: "Na realidade tivemos uma sessão de informação, na segunda-feira passada sobre esta questão do financiamento, devem receber toda a informação nos vossos correios electrónicos, isto para dizer que realmente os empréstimos são por natureza a opção, e esse optar, não gostaria de dar esse tipo de financiamento, mas o PAEL tem logo à partida uma taxa de juros bastante favorável, a proposta informada pela Associação Nacional de Municípios é, salvo erro, de três vírgula noventa e quatro mais zero vírgula quinze, portanto sabem perfeitamente que é uma taxa que não há no mercado. Se podíamos optar em não nos candidatarmos, pois poderíamos, embora pensemos ser uma necessidade quase imperiosa, e que não significa com isto, embora seja por vinte anos e toda esta situação de taxas máximas, seja de impostos, seja do que quer que seja, as contingências a que as leis nos obrigam seja durante vinte anos, esperamos que não, o concelho de Albufeira é um concelho que tem alguma capacidade de regeneração, porque com a descida de receitas, a nível de taxas como já disse há pouco, com a inexistência do crédito a fazer financiamentos com toda esta situação, dificilmente se conseguiria fazer frente a estas situações, a situação precisamente da economia local sem este tipo de financiamento, é um mal necessário, obviamente que não é vontade de ninguém fazer isto, obviamente seria que as taxas fossem o mais reduzidas possível, já tivemos, noutros tempos, mas agora não é possível, quando for possível quem estiver por aí há-de tomar essas decisões."-----

O Presidente da Assembleia regressa à sala e retoma o seu lugar. -----

Carlos Lima: "Eu gostava de perguntar ao senhor Vice-Presidente se ele acha que se não houvesse esta imposição para se poder aderir a este programa, se a Câmara tinha ou não possibilidades de colocar taxas mais baixas tanto no IMI como devolver algum IRS se isto deriva da obrigação que é imposta ou se nas contas que a Câmara faz, este ano é sempre para os máximos independentemente de ser obrigado ou não. Porque esse é o ponto fulcral, é vermos se a Câmara faz isto porque é obrigada, se não tinha outras formas de ter receitas para ir pagando os empréstimos, que pelos vistos são juros até aceitáveis, acho que esta Câmara, como disse e muito bem, tem grandes potencialidades para ultrapassar rapidamente a crise quando isto começar outra vez a carburar, esperamos todos que isso aconteça brevemente, portanto se há essa possibilidade, se a Câmara tem essa capacidade, a troco de quê é que se vai amarrar



uma obrigação, que é só obrigação de quem acha que manda e acha que pode pôr e dispor do poder local. Agora se me disser, mesmo que não houvesse obrigação, nós temos de colocar os máximos, eu podia não estar de acordo, mas percebia que fosse a autarquia, mas o que nós vamos votar aqui não é a proposta da autarquia. O que nós vamos votar aqui é a proposta do governo, e eu, propostas do governo acho que ainda não fui eleito para votar propostas do governo, fui para votar propostas da autarquia, e esta é uma proposta que foi apresentada por outra entidade, e que a autarquia assumiu como sua. Era só isto que eu gostava que ficasse registado e gostava que o senhor Vice-Presidente me dissesse se realmente em condições normais não se poderia manter as taxas que existiam o ano passado."-----

Francisco Oliveira: "Se esta situação do aumento dos impostos em termos de medida não irá ter o mesmo desfecho que teve o aumento dos impostos e da carga fiscal em termos nacionais, ou seja, se não estamos também a caminhar para uma situação em que com o aumento dos impostos a receita seja menor e portanto estarmos a ter mais do mesmo, o tal remédio que acaba por matar o doente, é essa a questão, se quando a apresentação destas propostas, e aquando da intenção de se aderir ao PAEL se não vamos ficar aqui agarrados a toda esta questão, e temos então, pelo menos durante os vinte anos, Deus queira que seja menos e que se consiga resolver em menos tempo, mas o que estamos a fazer aqui é para vinte anos, em princípio, não podemos fazer futurologia, mas se essa receita a que estamos obrigados, apresentando aqui uma situação radical, até que ponto é que se calhar comprar gasolina ou fazer determinada despesa não vai ter que ser autorizada pelo Ministério das Finanças, e portanto ficarmos agarrados a determinado tipo de condições, mas se essa receita não irá trazer redução nas receitas para o município."-----

Vitor Clemente: " Não sei se o senhor Vice-Presidente estaria em condições de nos informar, em termos de cálculo, o que é que representa estes cinco por cento de IRS para o município de Albufeira, qual é o valor?"-----

Vice-Presidente: "Relativamente àquilo que o senhor Carlos Lima disse, evidentemente que a opção tomada, se não houvesse esta candidatura a este tipo de financiamento, obviamente que seria quase de todo impossível fazermos frente àquilo que são os pagamentos atrasados. E terá que ser, falando do município de Albufeira e não noutros municípios completamente diferentes deste, uns com o capital social completamente diferente, o número de pessoas deste município é um, o do outro ao lado é outro, há alguns que são muito semelhantes, temos no Algarve quatro ou cinco muito semelhantes, que são aqueles municípios que o Presidente da Câmara já tem dito isso várias vezes, que é por terem cinquenta ou sessenta mil pessoas, têm de pagar um pouco aquilo que quatrocentas mil ou trezentas mil usam, não é tão linear assim. Obviamente que seria quase impensável não pensar assim, se não tivesse ido aos



financiamentos se podia reduzir a taxa de IMI? É impensável. As receitas também são menos, a questão do IMT é incondicionada, a questão das taxas e licenças dos loteamentos, urbanizações e obras particulares é incondicionada, não pode condicionar, e essa receita que é fundamental que é a Lei das Finanças Locais assim o obriga, tem o financiamento dos municípios com base, essencialmente, na parte imobiliária, e a parte imobiliária lá está, e por isso é que há esta redução do IMT, por isso é que há esta redução das taxas de loteamento, são dois itens da receita fundamentais." -----

Francisco Oliveira: "A questão da adesão ao PAEL com o aumento dos impostos não irá ter o mesmo efeito?" -----

Vice-Presidente: "Normalmente acontece precisamente isso, tem acontecido, há muitos anos para cá, aumentou o IVA e a receita fiscal desce, é fácil perceber porquê, parece um contracenso, aqui sinceramente só esperemos que não, no entanto nada disto, nem os mais iluminados conseguem afirmar categoricamente que sim, esperemos. Quanto aos cinco por cento do IRS, não sei se são duzentos e tal mil euros ou trezentos mil, de momento não posso certificar-me se é esse o valor exacto." -----

Francisco Oliveira: "Só uma questão para confirmar, têm-se verificado desde há dois anos para cá, um maior número de incumprimento relativamente ao IMI."-----

Vice-Presidente: "Não propriamente, pode haver uma redução no mês de Abril ou no mês de Setembro, mas os meses seguintes, digamos entre aspas, vai caindo alguma coisa, as pessoas não pagam no mês próprio mas, a empresa que está a fazer o estudo do PAEL falou, salvo erro, em seis por cento de pessoas que não pagam, porque normalmente as casas não ficam para as finanças, ficam é para os bancos, as pessoas deixam mais facilmente de pagar a prestação do banco do que deixam de pagar o imposto das finanças, por enquanto." -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: quatro (04) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Carlos Lima, Sara Serra.

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezanove (19) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Serôdio, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: uma (01) Luis Fernandes. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes. -----



## PONTO OITAVO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de autorização para abertura do procedimento para recrutamento de candidatos sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, a tempo parcial, para as actividades de enriquecimento curricular - ano lectivo 2012/2013; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "A questão que coloco é a seguinte: tivemos conhecimento e gostaria que confirmasse, que o governo central teria disponibilizado, não sei se já transferiu, valores para que esta contratação se verificasse, e a pergunta é porque razão, após o início do ano lectivo, é que se inicia o concurso que poderá levar, não sabemos quanto tempo, e naturalmente a colocação dos professores mais tempo ainda. Portanto a minha pergunta é se efectivamente já foi transferida essa verba, e se tem ideia de qual é o montante, e a razão para a qual o concurso não foi aberto anteriormente de forma a colocar estes professores no início do ano."-----

Vice-Presidente: "Já houve um procedimento anteriormente, ficou deserto e foi para pessoas com vínculo à função pública. Temos agora um procedimento a nível global porque as escolas no princípio do Verão é que começam a ter as turmas feitas, a terem as escolhas das actividades que vão desenvolver, e aí propõem à Câmara, ou sugerem à Câmara o número de turmas em cada actividade. Esta situação podia ser que já estivesse a funcionar, que era entregue a empresas de prestação de serviços, mas já tivemos essa experiência no município, são experiências que não foram nada positivas, são empresas que estão à distância, e por isso entendemos fazer por nomeação directa. Então este ano o que é que aconteceu? Algumas das actividades extra curriculares já estão a funcionar com técnicos da autarquia devidamente credenciados, digamos assim, pela Direcção Geral da Educação, obviamente que não são professores, mas também não são professores aqueles que vão concorrer agora. O facto de ter colocado, ter sugerido técnicos desta autarquia, ou pessoas com currículo relevante, todos eles estão satisfeitos, técnicos profissionais, técnicos de educação. O Ministério da Educação paga essas actividades com base no número de alunos e nas actividades que têm, há uma tabela que o inglês é um tanto por cada aluno, a música é outro tanto, isso é de acordo com a actividade que é, como sabem o inglês no primeiro ciclo não é obrigatório mas é de oferta obrigatória, todas as outras não são de oferta obrigatória. Neste momento, não estando a funcionar em pleno, conforme diz aqui falta catorze postos de trabalho em inglês, catorze em prática desportiva e nove em ensino de música, são estes que estão aqui no procedimento concursal, diria que daqui um mês e meio/dois meses estarão a funcionar em pleno, mas uma coisa é certa, as crianças



estão todas nas escolas ocupadas até às cinco e meia da tarde. Todas as crianças deste concelho, e como? Uma vez mais utilizando técnicos da autarquia, isto são actividades de enriquecimento curricular, não são aulas, atenção! Isto não são aulas do ano curricular do aluno, são coisas completamente diferentes, com certeza que não têm de ser ensinadas, ou processadas por ninguém atitudes menos nobres, com certeza que não, estamos a falar de crianças. Isto para dizer que não estando a funcionar em pleno as actividades de extra curricular, nós temos garantido cem por cento a ocupação dos alunos do primeiro ciclo, todos na íntegra. Portanto, eu diria que mais ou menos um mês e meio/dois meses estaremos a funcionar em pleno. Posso dizer também que soube que Faro e Loulé ainda não começaram as actividades extra curriculares na íntegra. Há uma coisa que é importante referir, as actividades extra curriculares poderiam ou podem ser promovidas por outro tipo de entidade, nomeadamente as comissões administrativas provisórias ou as direcções escolares, ou os agrupamentos, ou as associações de pais, já sugeri isso há algum tempo às direcções das escolas, mas evidentemente ninguém ainda se propôs a fazer uma coisa dessas porque, isto dá algum trabalho, porque depois tem outros problemas por causa da flexibilidade dos horários, porque enquanto nós aqui em Albufeira temos escolas com capacidades para funcionarem em regime normal de aulas, que é das nove às três, antigamente era aquele regime duplo, que era das nove à uma e depois entravam os outros da uma às cinco. O regime duplo para este tipo de actividades até era mais interessante do que o regime normal, porque obriga a ter menos professores, um professor podia ir de manhã e à tarde."-----

Sara Serra: "Vice-Presidente, eu gostaria de lhe perguntar uma vez que as actividades de enriquecimento curricular não são aulas eu não consigo compreender porquê que elas são inseridas dentro do horário da componente lectiva, uma vez que o currículo mudou. A minha questão é esta, o inglês não sendo aula vai ser novamente inserido dentro de um horário da componente lectiva?" -----

Vice-Presidente: "O horário do primeiro ciclo, por isso é que eu falei há pouco da flexibilização do horário, deveria ser quase obrigatório, para os professores do primeiro ciclo terem um horário flexibilizado, porquê? Significava que não teriam de entrar às nove e sair às três e acabou, não. O professor de francês do ensino básico ou do segundo ou terceiro ciclo, o horário dele não é assim, por exemplo: tem uma aula do quinto B às nove, tem uma aula do sexto B às dez, depois tem uma aula de direcção de turma, etc etc, e não tem tudo de seguida como um professor do primeiro ciclo normalmente tem, por isso é que eu digo que com a flexibilidade do horário, a actividade do inglês ou outra actividade qualquer podia ser dada no meio daquelas aulas. Quais são as áreas do primeiro ciclo? São o estudo do meio, a matemática e a língua portuguesa, os horários do primeiro ciclo, não faço a menor ideia como um





professor do primeiro ciclo tem organizada a aula, porque isto não compete à Câmara Municipal estar a questionar isso, não tem nada a ver com isso, não faço a menor ideia como é que um professor do primeiro ciclo organiza a aula, se agora vai dar matemática ou língua portuguesa ou se agora vai dar estudo do meio, por isso os horários do primeiro ciclo poderiam ser feitos quase à semelhança dos horários do segundo e do terceiro ciclo e secundário, que era o professor titular da turma do primeiro ciclo podia dar aula das nove às onze, das onze ao meio dia era o professor de desporto que ia dar aula, do meio-dia à uma ia o professor titular outra vez dar aula, isso é que é chamado a flexibilidade de horário, vinha permitir o que eu disse há pouco, que era um professor de actividades extra curriculares chegava a uma escola, e assim se não houver flexibilidade de horário o que é que acontece? Só pode dar aulas das três e meia às cinco e meia, dá dez horas por semana, dez horas por semana o que é que significa isso? E quando abrimos concurso o que é que acontece? Já aconteceu noutros anos que é, abre-se concurso aqui muito antes que Faro, Silves ou Loulé e depois Faro e Loulé iniciam, e as pessoas que concorreram aqui e foram colocadas aqui vai-se tudo embora para lá, porque são de lá, agora se o horário fosse flexível, umas horas de manhã e umas horas à tarde já dá para ter vinte horas por semana, já é sustentável. Portanto não é curricular, não é da responsabilidade da Câmara, a Câmara tem responsabilidade zero, a Câmara tem um edifício, cede o edifício a uma determinada instituição, que é o Ministério da Educação, nós não temos nada a ver com os modos curriculares do ensino."-----

Sara Serra: "Em relação ao que se tem passado nos últimos anos, a introdução do inglês dentro da componente lectiva obriga às crianças que não estão inscritas nas actividades extra curriculares a estarem na actividade extra curricular. Então se eu estiver enganada corrigia-me por favor, essas crianças o Estado paga para uma criança que o pai não quer que esteja inscrita, mas ela é obrigada a estar inscrita. Podem não estar inscritas, mas no entanto são obrigadas a permanecer dentro da sala de aula e a assistir à aula de inglês porque foi colocada no meio da componente lectiva, não há quem fique com os meninos durante essa hora, então são obrigados a assistir a aula contra a vontade dos pais."-----

Carlos Lima: "Eu não sei quais são os critérios para a colocação deste concurso, mas estou preocupado com a qualidade das pessoas que vão concorrer, com o número de horas que as pessoas vão ter, que é difícil, agora fazia-lhe uma pergunta: os professores colocados pelo Ministério da Educação neste concelho em agrupamentos nestas três áreas que não têm horários completos terão acesso a concorrer a este concurso? Por exemplo, uma pessoa que tenha horários de nove horas num agrupamento qualquer, que foram colocados pelo Ministério da Educação, está garantido que são professores qualificados, têm ou não hipóteses de concorrer a este concurso? E se



têm, o critério qual é? Os agrupamentos é que deveriam fazer esta gestão, eu pergunto se esses professores com os horários incompletos vão ter oportunidade de completar o horário com estas actividades. Não sei quais são os critérios, aqui não aparece quais são os critérios. Mas podem concorrer?"-----

Vice-Presidente: "Antigamente podia haver a opção de completar o horário, aliás eu acho que este despacho até podia. Agora um professor com horário zero podia dar perfeitamente essas actividades. Há uns anos já tentei, professores em acumulação poderiam responder ao complemento de horário, e quando dizia acumulação era horas para além de."-----

Carlos Lima: "Horário zero tem contrato com a função pública, um contratado não tem, um contratado que foi colocado com um horário de nove horas não tem, esse pode concorrer, à partida." -----

Cristina Oliveira: "Pode sim, tem é de ter autorização do director da escola." -----  
Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vitor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Serôdio, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Sara Serra, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: uma (01) Luis Fernandes. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

### **PONTO NONO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos e equiparados, fornecimento, lavagem, desinfecção e manutenção de contentores e limpeza urbana, no município de Albufeira. -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Adriano Ferrão: "A bancada do PSD quer apresentar uma proposta de alteração ao artigo cinquenta e nove, e o parecer jurídico" (doc.3)



Considerando:

- a) Que o ACE Irmãos Cavaco/Ecoambiente irá terminar o seu contrato com o Município de Albufeira, relativo à recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana do concelho de Albufeira, no mês de Fevereiro de 2013;
- b) Que a Câmara Municipal de Albufeira tem a intenção de lançar um concurso para a prestação deste serviço pelo prazo de 10 meses, a partir de 1 de Março de 2013, com um preço base de 3.000.000€;
- c) Que o referido processo de concurso foi enviado para esta Assembleia para autorização do procedimento e garantia de inclusão deste valor no próximo orçamento camarário;
- d) Que o referido ACE tem a seu cargo cerca de 145 trabalhadores dos quais a grande maioria vive no concelho de Albufeira;
- e) Que por uma questão de solidariedade social, tudo deverá ser feito para garantir a estabilidade de emprego destes trabalhadores;
- f) Que esta garantia de estabilidade de emprego está prevista no Código do Trabalho no que se refere à alteração da entidade patronal de estabelecimentos autónomos;
- g) Que é entendimento de alguma jurisprudência e da ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho) que nesta questão se aplica o artigo 17.º da Convenção Colectiva de Trabalho, celebrada entre a Associação das Empresas de Prestação de Serviços de Limpeza e Actividades Similares e o STAD - Sindicato dos Trabalhadores de Portaria, vigilância e Actividades Diversas, em Março de 2004, que dispõe que: " Em caso de perda de um local de trabalho, a entidade que houver obtido a nova empreitada obriga-se a ficar com todos os trabalhadores que ali normalmente prestavam serviço".
- h) Que em cadernos de encargos de concursos similares tem aparecido cláusulas defendendo este direito à manutenção dos postos de trabalho;
- i) Que, nomeadamente, o caderno de encargos do "Concurso Público Internacional para a Prestação de Serviços de Recolha e Transporte a Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Lavagem, Manutenção, Fornecimento e Colocação de Contentores nos municípios do Planalto Beirão" lançado pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão em 30 de Abril de 2012, contém uma disposição, no n.º 4 da sua cláusula 6.ª, referindo que " o adjudicatário é obrigado a admitir nos seus quadros o pessoal afecto ao serviço de recolha da empresa actualmente em funções respeitando as condições contratuais existentes (Anexo 3)"

Delibera esta Assembleia Municipal que o Artº 59º do Caderno de Encargos passe a ter a seguinte redacção:

### Artigo 59º

### Pessoal

- 8 - As necessidades de pessoal do adjudicatário para a realização do serviço objecto do presente concurso, serão obrigatoriamente preenchidas por recurso ao quadro de pessoal que se encontra ao serviço da actual empresa adjudicatária (ACE - Irmãos Cavaco/Ecoambiente), com mais de 120 dias de antiguidade, respeitando as condições contratuais existentes (Anexo VIII).

Deverá ser incluído num Anexo VIII a listagem dos trabalhadores actualmente afetos à prestação de serviço, sua antiguidade, idade, categoria e condições remuneratórias.

categoria e condições remuneratórias.  
*Luciano* *de* *Almeida* *Almeida*  
*Vitor* *Almeida* *Almeida*  
*Almeida* *Almeida*  
*Holena* *Almeida*  
*Almeida* *Almeida*



Município de Albufeira

Divisão Jurídica e de Contencioso



**ASSUNTO:** Concurso Público para Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos e Equiparados, Fornecimento, Lavagem, Desinfecção e Manutenção de Contentores e Limpeza Urbana no Município de Albufeira

Parecer Jurídico:

28/09/2012

Tendo sido solicitado a esta divisão que se pronunciasse, sobre as alterações a efetuar ao caderno de encargos do concurso referenciado em epígrafe, designadamente ao artigo 59º do mesmo, somos a informar que as mesmas garantem a manutenção dos postos de trabalho dos funcionários que atualmente fazem parte do quadro de pessoal da empresa ACE – Irmãos Cavaco/ Eco ambiente, atual empresa adjudicatária.

Mais se acrescenta as alterações propostas não enfermam de qualquer ilegalidade, pelo que, do ponto de vista estritamente jurídico, não se vê qualquer impedimento que obste à sua aprovação.

É q. c. l.

A técnica superior,

- Maria Filomena Cruz -

O Presidente da Assembleia sai da sala e a Primeiro Secretário toma o seu lugar. -----  
Francisco Oliveira: "Gostaria de perguntar relativamente a este concurso, qual é a razão de o mesmo ser só de dez meses? Naturalmente que com esta introdução e com a indicação de que a entidade em causa deverá assumir os trabalhadores, parece-me perfeitamente razoável, vejo com alguma dificuldade, que outra entidade para além da que neste momento está a fazer o trabalho possa concorrer a este concurso tendo em consideração que o concurso tem esta limitação, ou seja dez meses. Não estou a ver quaisquer outras entidades que façam deslocar para Albufeira toda a estrutura





necessária para estarem a prestar um serviço por tempo tão curto, e se efectivamente esta situação não é mais do que prolongar o contrato relativamente à entidade que neste momento é adjudicatária, porque, pelas condições que o concurso apresenta, pelos artigos que aqui são referidos, e os requisitos necessários, não vejo que qualquer outra entidade possa concorrer. E esta alínea b) da proposta que nos foi apresentada, se estes três milhões incluem ou não o IVA."-----

O Presidente da Assembleia regressa à sala e retoma o seu lugar. -----

Vitor Clemente: "Nesta situação do prazo que o Francisco Oliveira apresentou, parece quase um pronto-a-vestir, enfim, tenho aqui umas situações de algumas dúvidas, e depois irei também persistir para que houvesse uma informação mais concreta sobre esta situação. Mas no entanto, logo na primeira página existem aqui uns valores diferenciados, que isto obriga a um "outsourcing" que apresenta um valor mais baixo, dois milhões novecentos e oitenta, mas fala aqui num investimento em equipamentos se for a parte pública, neste caso a Câmara tem que investir. Eu só pergunto onde é que estão os carros da recolha do lixo, todo esse tipo de equipamento que ao longo de oito anos se adquiriu, quando terminar esse tipo de contrato reverte para o município? E se reverte para o município não vejo razão de ver este tipo de valor aqui. Quanto aos consumos, são valores iguais, os que diferem de certa maneira é aquilo a que eu chamo "pronto-a-vestir" ou o "fato à medida", é o valor comparacional e o valor do investimento em equipamentos. O equipamento existe, a parte pública com certeza que irá fazer uma manutenção, a partir daí, gostaria de obter algum tipo de informação se fosse possível."-----

Carlos Lima: "Eu percebo a preocupação do Adriano com os trabalhadores, mas parece-me que no caderno de encargos não está lá nem trabalhadores, nem ordenados, nem nomes, nem nada que os identifique para obrigatoriamente os colar ao próximo adjudicatário, penso que isso é um bocado difícil de se fazer. Quanto ao concurso em si, eu não percebo porquê que depois de se ter feito, contra a opinião de alguns, um concurso de oito anos se passa agora para dez meses, não percebo bem qual é esta redução, será por não haver dinheiro e vamos começar agora a fazer contractos de dez em dez meses à espera que caia dinheiro, é para acabar alguma coisa, é para completar algum ciclo? Não estou a perceber, depois de se fazer por oito anos se calhar devia-se ter feito por quatro, fez-se para oito e viu-se o que aconteceu, ultimamente todos assistimos ao tipo de serviço que está a ser prestado em Albufeira, não sei se por falta de pagamento, se por desmotivação da empresa, portanto não é nada daquilo que era suposto ser. Agora quanto a continuar, o Vitor já falou do "fato à medida", mas é capaz de ser um fato-macaco para a limpeza, mas não deixa de ser à medida, e dez meses quando toda a gente sabe que dez meses é entregar ao mesmo que está. Quanto a estas contas que aparecem aqui, também já se falou nisso, não



percebo muito bem porque é que a Câmara tem que investir quatrocentos e cinquenta mil euros em equipamento, quando tem todo o equipamento que ficou da empresa e que passa a ser da Câmara quando acabar o concurso. A única coisa que eu vejo aqui, para justificar a entrega aos privados, é dizer que os funcionários públicos trabalham sete horas e os privados trabalham oito, é a única coisa que eu vejo aqui diferente. Também não sei neste momento quantos funcionários da Câmara é que estarão subaproveitados, poderiam muito bem, exemplo como estão a fazer com alguns técnicos nas actividades extra curriculares, se calhar podíamos ter uma série de motoristas a fazer este serviço, que já estão a ser pagos, portanto não haveria uma duplicação de pagamento, se calhar se as contas fossem feitas dessa maneira, dava muito menos. E estamos a falar em dez meses, se calhar ponderar a possibilidade de ser feito. A hipótese é colocada, por ser feito pelos serviços da Câmara, isso é possível, e é isso que eu estou a tentar evidenciar, que se calhar não é tão caro, se calhar é mais barato, se é que há essa possibilidade. São estas situações que eu acho que devem ser ponderadas, a primeira porque é que são dez meses, depois porque é que não se faz com os funcionários da Câmara e de certeza que se poupava mais, portanto são algumas coisas que eu não consigo perceber, depois tendo em atenção que esta empresa é o que é, e é o que temos à vista e este concelho não se compadece com este tipo de limpeza, este concelho vive do turismo, este concelho tem de ser exemplar na limpeza, e eu sei que tem sido feito um esforço, que se calhar não está a ser correspondido pela empresa que levou milhões deste concelho. Parece-me que dar mais do mesmo à mesma empresa, penso que deveria ser mais bem ponderado tendo em conta a falta de meios que a Câmara tem e que precisa isso sim, salvaguardar a limpeza como deve ser porque senão é que acabamos por cair mesmo de vez. Portanto isso à que ser garantido pela Câmara e parece-me que não é isso que está a ser conseguido. Portanto são estas questões que eu gostava de ver respondidas."-----

Vitor Clemente: "Não estamos a discutir o caderno de encargos, e a alteração que está a ser pedida pela bancada do PSD ao artigo cinquenta e nove, se de facto houver uma aceitação tem de voltar à Câmara, a Câmara é que trata deste assunto, não somos nós, nós aqui só estamos a dar cobertura em termos de Assembleia que é dada ao executivo para uma situação de orçamento dado que envolve o ano de dois mil e treze. Por isso é só uma chamada de atenção para não cairmos num erro."-----

Vice-Presidente: "Relativamente aos dez meses, isto acaba em Fevereiro e de Fevereiro a Dezembro são dez meses. O objectivo foi para que fosse tudo no próximo ano, para completar anos, tendo em conta a situação em que estamos em termos financeiros, os custos disponíveis, e tendo em conta também, uma possibilidade de um estudo que se está a fazer em termos de uma possível ou não concessão. São dez meses que é precisamente para completar o ano, é simplesmente isso. Se permite que



outros concorrentes concorram? Pois claro que outros concorrentes podem concorrer, agora que o serviço desta empresa tenha sido assim tão mau, não estou a dizer que seja excelente, mas não é mau, até tem sido bastante bom, ultimamente tem havido alguns pequenos pormenores, foi resultado do verão, foi resultado de alguma desaceleração em termos de espaços."-----

Vereador Sequeira: "Vou tentar explicar algumas situações que foram aqui apresentadas. Nós pretendemos fazer o concurso por dez meses, o Vice-Presidente já explicou, temos um estudo aprofundado da situação e na situação que estamos também estamos a tentar reduzir os custos de cerca de um milhão de euros anualmente. Neste momento estamos a abrir o concurso com base de dez milhões de euros, em que vamos fazer aqui a inclusão da parte da marina, mais eco-ilhas e mais alguns pormenores que podem ser aqui vistos no nosso caderno de encargos. Em relação à lista dos funcionários, na proposta que estamos neste momento a apresentar, nós temos aqui exactamente isso, que deverá ser incluído no anexo oito, a listagem dos trabalhadores, actualmente afecta a prestação do serviço actividade, idade, categoria e condições remuneratórias, portanto acho que essa questão está minimamente salvaguardada. Depois eu quero evidenciar aqui a situação que o senhor Vitor Clemente disse relativamente à questão da limpeza, disse que tinha havido alguma redução da limpeza no nosso concelho, como sabe, nós temos concurso que está em evidência tem a época alta e época baixa, e a época baixa em determinadas zonas do nosso concelho, a recolha de resíduos sólidos não é efectuada, de qualquer modo o concurso não é um concurso estático, nós com as condições financeiras que temos neste momento, fizemos este estudo, e sem haver um impacto muito grande na limpeza da nossa cidade, nós reduzimos cerca de oito por cento na questão das varreduras. Na recolha dos resíduos sólidos, os chamados caixotes do lixo, os contentores, é uma situação que temos estado em cima, tem havido casos pontuais, e eu mesmo tenho andado na rua, esse sinal de que as coisas não estão tão bem como no ano passado, de facto, mas atenção que há aqui pontos que temos que ver. Nós temos a situação dos ecopontos, temos a situação das eco ilhas, em que temos os chamados recicláveis, e de facto em determinadas épocas do ano a Algar não tem dado a resposta que se pretende, e isto não é só na nossa cidade. Tenho falado com os outros municípios e todos os meus colegas Vereadores com este pelouro têm dito isso, que a Algar não tem dado a resposta que se pretende, e às vezes aparece junto a eco ilhas e junto aos ecopontos situações que dão uma imagem que nós não queremos para a nossa cidade. E há muitos casos, não quer dizer que nós não tenhamos a nossa responsabilidade, mas a maioria dos casos, posso confirmar isso, que é isso que tem acontecido, andamos constantemente a mandar emails, a ligar e a falar com as pessoas da Algar, e andamos mesmo com camiões nossos, e com frequência telefonamos à empresa que está a fazer



a limpeza da nossa cidade para fazer a recolha. Temos uma eco ilha na Surfal que com frequência está completamente cheia, e somos nós que vamos lá, porque a Algar não vai lá com a frequência que deveria de ir. A responsabilidade é nossa como é óbvio, mas os recicláveis estão com a Algar. Em relação às viaturas que estão aqui, é evidente, a empresa que está neste momento se calhar está em melhor posição do que outra empresa, mas não há investimento, as viaturas são nossas, inclusivamente nós já temos aqui o processo em que estamos a solicitar a passagem do título de propriedade da totalidade das viaturas, equipamentos afectos à actual prestação dos serviços. Portanto já estamos a pedir, como sabem vai terminar no próximo mês de Fevereiro, e já estamos a pedir que a propriedade das viaturas passe toda para a Câmara Municipal. O que está inserido no concurso é o aluguer, ou seja, aos três milhões que é neste momento o preço base vai ser deduzido o aluguer das viaturas, e inclusivamente das instalações, portanto isso está perfeitamente salvaguardado. Portanto qualquer empresa que ganhe este concurso será o custo base que são dez milhões e será deduzido o aluguer das viaturas, vão ser nossas, a partir de Fevereiro são propriedade da Câmara e inclusivamente as instalações, portanto isso está tudo no caderno de encargos. Estamos a reduzir um milhão de euros anuais, acho que é significativo." -----

Francisco Oliveira: "Para além dos três milhões, segundo entendi, há ainda que reduzir as rendas pagas pelo equipamento e pelas instalações. O vereador tem noção de qual é o valor anual, neste contrato, anual não, que é só por dez meses, o valor total que significará em termos de redução, ou seja, dos três milhões para quanto é que baixará com o pagamento das rendas, em termos globais."-----

Vereador Sequeira: "Em termos globais não tenho bem essa noção, mas anda à volta de cinquenta ou sessenta mil euros. Dois mil e quinhentos euros mensais com as viaturas mais instalações, e temos as eco ilhas que são vinte e cinco mil euros cada uma, são à volta de cento e cinquenta mil euros por ano." -----

Francisco Oliveira: "Portanto é a estimativa de quanto é que se poderá abater ao valor do concurso e ao valor das rendas. Só outra questão, os três milhões são mais IVA?"

Vereador Sequeira: " Sim, mais Iva, mas o Iva não é vinte e três por cento, é seis por cento."-----

Carlos Lima: "Está fixado esse valor mínimo?" -----

Vereador Sequeira: "Sim, para o preço base de três milhões."-----

Carlos Lima: "Queria saber o que é que a Câmara vai fazer com os funcionários da autarquia que estão a trabalhar para a empresa neste momento, na zona da Marina, o que é que acontece a estes funcionários depois do concurso? E a outra, é se realmente está no caderno de encargos, parece-me que sim, mas é só para confirmar se está afixado o valor mínimo do aluguer dos equipamentos?"-----



Vereador Sequeira: "Em relação aos espaços verdes tivemos uma redução de cerca de quinhentos mil euros, os funcionários da Câmara é que estão neste momento a trabalhar nos espaços verdes de todo o nosso município. Além disso, o pessoal das praias também irá fazer um determinado serviço que nós estamos a tentar desenvolver com as limpezas das linhas de água. Portanto, nós temos um leque de trabalhos em que estamos a trabalhar com a mobilidade de pessoal, quem faz espaços verdes não quer dizer que só faça espaços verdes, quem faz a limpeza das linhas de água não quer dizer quer dizer que só limpe as linhas de água, e estamos a trabalhar dentro desta base, este trabalho da divisão de higiene urbana e espaços verdes está a ser muito bem aceite pelos funcionários da Câmara e está a funcionar bastante bem, em relação aos funcionários que estão na Marina, eu não quero precisar, mas estamos a falar de três ou quatro funcionários, de qualquer modo estamos a trabalhar nesse sentido e eles têm os postos de trabalho garantidamente e vão ter muito que fazer."-----

Francisco Guerreiro: "Ao contrário, na minha modesta opinião, daquilo que foi dito aqui, sobre a empresa, eu não faço parte da empresa nem sou sócio da empresa, mas o conhecimento que eu tenho diariamente, a nível do concelho e a nível da freguesia, a empresa tem feito um excelente trabalho. Só há aqui uma situação que eu gostava de chamar a atenção, que é o não cumprimento das pessoas na colocação do lixo, ou seja na colocação nos verdes e nos monstros, porque há um documento espalhado por aí, que os verdes são colocados às quartas-feiras e os monstros aos sábados, só que aquilo que nós vimos muitas vezes, que é o não cumprimento das pessoas, e eu agora falo por mim, Junta de Freguesia, tenho esse cuidado de avisar as pessoas a não colocarem os verdes na rua fora desses dias, mas nem sempre é possível, e agora se nós compararmos a limpeza que está a ser feita noutros concelhos vizinhos, acharemos logo diferenças, a não ser que não queiram ver. Eu vou dar outro exemplo, temos lá um contentor daqueles grandes, e eu apanho muitas vezes pessoas a deitar o lixo no chão em vez de deitarem no contentor. As pessoas deviam ser penalizadas, para aprenderem, e quem diz naquele, diz nos outros. A Câmara e a empresa deviam fazer uma chamada de atenção, porque senão não damos conta disto, e aquilo que se vê muitas vezes não é falta de recolha, é aquilo que eu estou a dizer. Diariamente vejo muita gente a deitar o lixo verdes e monstros a qualquer hora e a qualquer dia."-----

Presidente da Assembleia: "A questão que temos aqui para decidir, eu parece-me que é inevitável, e é questão do lançamento deste concurso que tem mesmo uma natureza, que eu considero, imprescindível ser lançado, a questão do tempo, já são outros critérios, e foi dito, são critérios perfeitamente respeitáveis, em relação a este anexo, para além de poder suscitar algumas dúvidas, e seguramente suscitará, a verdade é que há aqui um objectivo muito concreto de defender a classe trabalhadora residente no nosso concelho, que não precisamos de aumentar o número de





desempregados, ou permitir que seja trazido para cá um novo potencial por dez meses, e que no fim do contrato, haja novos desempregados neste concelho. Quanto àquilo que aqui é proposto não tenho qualquer dúvida sobre a matéria, há que proteger as pessoas que vivem no nosso concelho e os seus empregos. O resto são tudo questões que têm o seu relevo, naturalmente, mas aquilo que é fundamental é que nós temos de lançar este concurso, é imprescindível. Não temos outra alternativa, aquilo que se disse também sobre pessoal da Câmara, etc. etc., o pessoal que temos não é suficiente para poder substituir a empresa, com limitações de contratação, ou seja, não podemos contratar novo pessoal, portanto é imprescindível que o façamos, é prudente que o façamos por um período não muito longo, para que possa, eventualmente, serem estudadas outras formas de proceder nestas matérias, designadamente pela via de concessão, não sabemos o que irá acontecer, será algo que iremos nós aqui decidir, a seu tempo, mas quanto a este concurso e quanto a este acréscimo que aqui é feito, eu penso que, independentemente das opiniões que cada um possam ter, são imprescindíveis que sejam feitos, é uma questão de pormenor, que tem relevo, na medida em que se promove exclusivamente a defesa dos trabalhadores que neste momento vivem em Albufeira. Portanto, penso que está tudo dito." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto à votação-----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Carlos Lima, Sara Serra. -

Votos a favor: dezoito (18) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Serôdio, Pedro Farinha, Helena Simões, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: duas (02) Luis Fernandes, Carlos Santos. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DO PSD: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Francisco Oliveira, Sara Serra -----

Votos a favor: dezanove (19) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Serôdio, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira,



Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----  
Ausências: três (03) Vitor Clemente, Luis Fernandes, Carlos Santos. -----  
A proposta foi aprovada por maioria dos presentes. -----  
Antes de encerrar a sessão, são aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----  
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:00 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 28 de Setembro de 2012 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

A PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

A SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_